

SESSÕES DO PLENÁRIO

9ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 23 de março de 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADO BIRA CORÔA (AD HOC)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial em comemoração aos 10 anos do Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2010, que instituiu a política de desenvolvimento sustentável aos povos e comunidades tradicionais, proposta por este deputado.

Convido para compor a Mesa a Srª Fabya Reis, secretária da Promoção da Igualdade Racial e representando, neste ato, o governador Rui Costa; o Sr. Professor Aderval Costa Filho, doutor em Antropologia e palestrante no dia de hoje; o Sr. Taata Komannanjy, representante das religiões de matriz africana; O Sr. Gilmar Silva, defensor, representando o defensor público-geral Clériston Cavalcante; o Sr. Cacique Babau, cacique tupinambá da Aldeia da Serra do Padeiro, representando todos os povos indígenas da Bahia; a Srª Irany da Silva dos Santos, representante das marisqueiras e pescadoras e pescadores; o Sr. Valdevino Rodrigues de Souza, representante do Fundo de Pasto; a Srª Bernadete Passivo, representante dos Quilombolas; o Sr. Táta Ricardo, do Terreiro Lembá de Camaçari. E dizer que a extensão na representação da Mesa...

(O Sr. Táta Ricardo fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Táta Ricardo justifica que não será possível compor a Mesa porque terá que sair antes do término da sessão. Ele diz também que está aqui pela importância do evento. Agradecemos muito. Mas aproveito para dizer, Táta Ricardo, e abro aspas para destacar a importância e o quanto é significativa a sua presença neste ato de hoje. Primeiro, pelo que o senhor vem enfrentando em Camaçari ao administrar e conduzir uma escola municipal que fica num terreiro e que é uma escola que, durante 4 anos consecutivos, adquiriu o melhor conceito na Bahia e está entre as mais conceituadas do Brasil. Táta Ricardo vem sofrendo, neste exato momento, um processo de perseguição, posso dizer, de intolerância religiosa no município de Camaçari. Por isso é tão importante poder estar numa celebração no dia de hoje reafirmando esses 10 anos de reconhecimento de povos e comunidades tradicionais. (Palmas)

Neste exato momento, vamos assistir a uma apresentação cultural, dinâmica, do CESPCT, para sustentabilidade dos povos tradicionais.

(Apresentação cultural.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Aproveito e convido para compor a nossa Mesa a Sr^a Neuza Zimmerman, representante *in memoriam* do seu esposo Jorge Zimmerman, ex-coordenador do Ministério do Meio Ambiente.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Como é de praxe a palavra do orador, vou deixar para fazer mais ao término para não ficar indo e vindo, vou dar sequência ao evento, convidando para fazer uso da palavra o nosso palestrante o professor Aderval Costa Filho, doutor em antropologia pela UNB.

O Sr. ADERVAL COSTA FILHO:- Muito boa-tarde.

Gostaria de agradecer imensamente à presidência desta sessão especial, deputado Bira Corôa, e também a todos aqueles que, de certa forma, se mobilizaram para que estivesse aqui. Para mim, é uma honra estar no Estado da Bahia, onde a gente começou, desde Brasília, movimentos muito importantes, com protagonismos de lideranças, de representantes dos povos tradicionais deste Estado.

Eu tive o prazer de ser companheiro de Jorge Zimmerman, ele pelo Ministério do Meio Ambiente e eu pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, na instalação da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. Também fui responsável pelo Decreto nº 6.040, e de todas as articulações que foram feitas, naturalmente, com colaboradores tanto governamentais quanto da sociedade civil. Nós não teríamos conseguido construir nada se não fosse a participação, o protagonismo dessas lideranças que, de certa forma, estavam rasgando os tecidos do Estado para poder instaurar uma outra pauta, uma outra política, que não existia até então.

Para mim, de fato é um grande prazer.

Bom, todos sabemos que boa parte dessas comunidades ainda se encontra na invisibilidade, silenciadas por pressões econômicas, com diários processos discriminatórios, exclusão sociopolítica. E se essa invisibilidade foi, em muito tempo, uma salvaguarda, uma proteção, mais recentemente ela representou, exatamente, a exclusão. Então, hoje em dia não é mais interessante se manter invisível, sobretudo por conta das ameaças.

Boa parte, a gente sabe, dos conflitos ambientais no Brasil têm resultado da invasão dos territórios e comprometimento dos recursos naturais tradicionalmente utilizados por povos e comunidades tradicionais, com impacto direto ou indireto em seu modo de vida. Boa parte dos conflitos decorre, sobretudo, de interesses desenvolvimentistas, tanto o agronegócio, as monoculturas, grandes obras, empreendimentos, mineração, e também de interesses preservacionistas, por conta da sobreposição de muitas unidades de conservação de proteção integral e territórios tradicionalmente ocupados por povos e comunidades tradicionais.

E, paradoxalmente, esses grupos que em grande medida contribuíram para a preservação da biodiversidade e são considerados, de fato o são, guardiões da biodiversidade têm sido criminalizados por órgãos gestores de políticas ambientais pelo simples fato de perpetuarem seus modos de vida e a utilização de recursos

naturais com seus saberes tradicionais, ancestrais. Isso é um paradoxo, mas é uma realidade muito recorrente. São constantes as ameaças e risco de vida a povos e comunidades tradicionais cuja militância e testemunho têm afrontado interesses hegemônicos.

A gente atua também profissionalmente, como antropólogo militante, nesse contexto de conflito aberto. Muitas vezes somos ameaçados. De outra sorte, só não fomos mortos por conta de ter a proteção da ancestralidade. Isso é imprescindível. E tantas vezes a gente escapou de situações delicadas e de riscos. Se nós, profissionais, com saber acadêmico e, também, de atuação em defesa dos direitos desses povos, somos ameaçados e corremos riscos, imaginem as lideranças que estão diuturnamente expostas a riscos.

Então, nós temos uma profunda reverência, sobretudo, à ancestralidade. Não se trabalha nesse campo sem respeito à ancestralidade; não dá certo se não for assim, isso é extremamente necessário.

Esses povos também não têm conseguido acessar políticas públicas universais ou específicas, e tem ocorrido a massiva criminalização da vida social nesses contextos, porque a presença de antagonistas estabelece uma correlação muito desigual em termos de forças.

Bom, vocês sabem quem são os povos tradicionais, esse conceito está no decreto 6.040, este que a gente comemora hoje os 10 anos. (Palmas) De início, foi um grande desafio porque, na verdade, estávamos, eu e o Jorge, com mais os companheiros da sociedade civil, *a posteriori*... Antes de instituímos uma comissão paritária, a comissão era chapa-branca, eram só sete Ministérios e não havia a participação da sociedade civil. Aí a gente fez várias oficinas regionais no Brasil inteiro para poder conformar uma instância de controle social de fato, que fosse paritária, que desse voz e vez a todos os povos e comunidades tradicionais objetivados em movimento naquele momento.

Agora a gente está num outro momento em que a Comissão Nacional foi transformada em Conselho. E daquelas 15 representações originais, hoje temos mais de 27 representações de categorias identitárias as mais variadas, ligadas a determinados ambientes e ecossistemas, ligadas a labores específicos, como pescadores, marisqueiras, ou então ligadas à matriz étnico-racial propriamente dita, sejam povos indígenas, povos de matriz africana, ou de religião de matriz africana, ou povos ciganos.

Enfim, essas são as formas como esses povos e comunidades têm se autoidentificado no Brasil. E também pela ocupação e uso do território, como fecho de pasto, fundo de pasto e tantos outros que têm uma forma muito peculiar de dispor daquele espaço territorial, sempre ancorados na ancestralidade.

Em relação a esses territórios, a gente tem tomado muito cuidado, desde o início da comissão, com a questão conceitual, porque, se o conceito fosse fechado em alguma medida, ele seria um conceito excludente. Há muitos na academia, sobretudo, que questionam a sua imprecisão, dizendo que é um conceito por demais aberto. Mas se disséssemos e nominássemos, naquele momento, quais seriam os povos e

comunidades tradicionais, quantos outros se objetivaram em movimentos depois disso? Estaríamos excluindo muitas comunidades, muitos povos dessa política e do reconhecimento formal pelo Estado brasileiro.

Então a gente construiu um conceito a partir das características. Se autoafirmam como culturalmente diferenciados, se reconhecem. Todos os diplomas legais vão exigir o autorreconhecimento de que a comunidade tenha consciência de si, de que o povo tenha consciência de si para poder ser reconhecido pelo Estado e acessar direitos. Essas comunidades possuem formas próprias de organização social, usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução social, religiosa, ancestral, econômica, seja utilizando conhecimentos e práticas tradicionais, seja inovando formas de fazer e viver. Porque também não são comunidades frigorificadas, estáticas, elas estão na dinâmica do cotidiano, interagindo com outras e têm seu próprio devir histórico.

Hoje, a gente tem uma sociodiversidade considerável representada no Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. Os povos indígenas, os quilombolas, os seringueiros, as quebradeiras de coco-babaçu, fundo e fecho de pasto, faxinalenses, catadores de mangada, pescadores e pescadoras artesanais, povos ciganos, povos de terreiro, povos de comunidades de matriz africana, extrativistas, caiçaras, benzedadeiras, extrativistas costeiros e marítimos, ilhéus, raizeiros, apanhadores de sempre vivas, geraizeiros, catingueiros, vazanteiros, veredeiros, andirobeiros, caboclos, juventudes de povos e comunidades tradicionais, retireiros do Araguaia. Ou seja, realmente é uma sociodiversidade enorme. E se essa sociodiversidade diz respeito ao Brasil como um todo, a Bahia não fica atrás em termos de representação de povos e comunidades tradicionais, que aqui também é megadiversa. Como também é muito rica do ponto de vista de biomas e de ecossistemas onde essas comunidades vivem.

Segundo inferências do professor Alfredo Wagner, um colega antropólogo, $\frac{1}{4}$ do território nacional é ocupado por povos e comunidades tradicionais. Isso representa aproximadamente 5 milhões de famílias e 25 milhões de pessoas. Então, nem o contingente populacional nem a dimensão territorial são inexpressivos; ambos são muito importantes. E isso ressalta a importância dessa política de desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais.

Então, lá por dezembro de 2004, a partir de um diálogo entre os ministros Patrus Ananias e Marina Silva, surge um decreto que institui a Comissão Nacional. Naquela ocasião, eu e o Jorge Zimmerman, eu pelo MDS e ele pelo MMA, ficamos incumbidos de materializar essa comissão. E aí, investidos dessa responsabilidade e dessa oportunidade ímpar de construir um precedente que não existia no governo nacional, que, naturalmente, foi inspirado por tantos que protagonizaram essa história antes de o decreto sair. Já estavam lá no Conceia, naquela época, a Aquibanto, os pescadores e os extrativistas, amazônicos ou de outros biomas, lutando pelos seus direitos, mas não objetivados e consolidados numa política própria.

Daí a gente teve essa honra, inclusive dedico a minha fala e a oportunidade ao companheiro Jorge Zimmerman. (Palmas) Deixamos de dormir algumas noites

preocupados com a responsabilidade de levar adiante uma empreitada dessa envergadura. Acho até que, à época, os movimentos sociais eram um pouco mais robustos, incrivelmente. A gente está tão abalado com tantos desmontes, que a gente está muito fragilizado, (palmas) tanto os antropólogos, aqueles profissionais militantes, quanto os movimentos sociais propriamente. À época, tudo isso era muito expressivo.

Pois bem, então pensamos: “Não dá para uma comissão ser chapa-branca”. Não havia nenhuma orientação nesse sentido, foi decisão nossa, minha e do Jorge, a princípio, de fazermos as oficinas regionais para poder construir uma política e recompor a comissão de forma paritária, com ampla participação da sociedade civil.

Assim fizemos o encontro nacional em agosto de 2005. Ali estiveram presentes redes sociais, cabeças de rede, movimentos expressivos que não podiam ficar de fora naquele momento. Então ali a gente conseguiu uma primeira composição da comissão. Lembro-me de ter sugerido, como coordenador do encontro – eu presidia praticamente a comissão naquele momento, porque o MDS é o presidente da comissão e do conselho atual –, que a equipe de governo saísse para que a sociedade civil pudesse se articular e definir a composição da comissão, para não ferir a autonomia, o protagonismo e a discussão entre pares, entre povos sujeitos de direito.

Esses cuidados podem parecer nada, mas, para a gente, eles foram muito expressivos. Nada foi fácil. Apesar da abertura política do governo, tivemos que driblar as dificuldades. Nenhum governo é unívoco, nem em suas concepções, nem em suas práticas. Tínhamos ministérios aliados aos povos e comunidades tradicionais e ministérios inimigos de povos e comunidades tradicionais, como hoje. Hoje o número de inimigos é maior.

De qualquer forma, esse era o desafio, tentar pinçar gestores sensíveis que aderissem à pauta, que tivessem compromisso com a causa dos povos e comunidades tradicionais nesses diversos ministérios que integravam a comissão nacional.

Por fim, o presidente Lula assina o decreto de recomposição da comissão e a própria política, em fevereiro de 2007, o Decreto 6.040, que comemoramos hoje.

Logo após, o deputado Luiz Alberto, da Bahia, apresenta o Projeto de Lei 7.747, em 2010 – é uma ordem cronológica, só para não perdermos o sequenciamento dos fatos que marcam esse empreendimento. Aí, sim, teve ampla participação social, a comissão já estava constituída, empossada, nós pudemos ser respaldados pelo Konmannanjy, pelo Valdivino e por tantos outros que não estão aqui, mas que nos ajudaram a consolidar esse projeto.

Houve uma reunião de avaliação em 2012 por especialistas da academia. Esse diálogo entre a academia e movimentos sociais sempre ocorreu no âmbito da comissão, porque, afinal, para que presta a academia, senão para efetivar direitos de sujeitos de direitos. Sempre associamos nossa atuação e militância à concepção de políticas e a consolidação de direitos, sobretudo, direitos territoriais, que são os mais delicados, aqueles que mais dificilmente alcançamos.

Depois, em 2013 e 2014, houve todos os encontros regionais para, por fim,

estabelecer, no II Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, qual seria a conformação mais adequada disso que veio a ser, hoje, o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. Também tem um projeto de lei do Senado. Enfim, a composição, até maio de 2006, era essa.

É muito interessante porque uma coisa que fizemos, com muito pouco recurso e também muito pouca mão de obra, mas com ampla participação dos integrantes da sociedade civil, foi puxar audiências públicas. Viemos aqui, nesta Casa, e também em outros estados. Surgiram disso vários projetos de lei ou decretos, políticas de governo e políticas de Estado, criando comissões estaduais de povos e comunidades tradicionais, tal qual a da Bahia, e criando também a própria política.

Não fiquei até o final. Quando estava terminando o segundo mandato do presidente Lula, eu não sabia se seria reconduzido ao cargo em comissão, e comecei a fazer concursos, porque eu teria que voltar para Cuiabá, porque eu era originalmente da UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso. Mas eu havia sido jurado de morte lá, por conta de ter me envolvido na demarcação de um território indígena. Os empreendedores, uma PCH – Pequena Central Hidrelétrica –, não queriam naturalmente que o território fosse delimitado, demarcado. Só que o lugar em que pensaram em fazer o barramento, implodir para construir o barramento, era a casa do herói mítico. Era a referência física do mito de origem daquele povo e de vários povos indígenas vizinhos.

Segundo a concepção *halíti*, o *Wazáre* foi o deus que criou o mundo ao sair de dentro da terra – esses são os filhos da gruta –, ordenou o mundo, distribuiu os subgrupos como os indígenas parecis localizados nas cabeceiras de rios, encostas e após os montes. Dali, também, saíram vários povos como o homem negro, o homem branco. Enfim, toda a humanidade foi originada ali. Cada povo tem seu mito. E ele, esse mito, voltou para debaixo da terra.

Quando os parecis pediram para eu fazer o relatório, eu não imaginava que aquele território pertencia a um comendador considerado como uma das figuras mais ricas e, também, mais perigosas do Estado. Ele tinha, à época, alguns prédios em *Miami Beach*. Hoje, esse poder e toda essa capacidade já estão um pouco amainados.

Eu, então, fiz algo pouco usual na academia e, também, na atuação profissional e política. Logo, pedi a ajuda aos pajés e aos sonhadores, pois eles têm sonhos reveladores. Os parecis não são, exatamente, pajés. Mas eu pedi a eles para sonhar com o que o herói mítico queria que eu fizesse. À época, então, três sonhadores sonharam a mesma coisa, qual seja, para eu fazer o trabalho e delimitar fontes de pedra.

Só que os empreendedores eram muito fortes. Quando chegamos a campo, havia pistoleiros para todo canto. Mesmo eu tendo ido com colete à prova de bala, corria perigo, pois não se coloca colete em cabeça. Mesmo também me fazendo acompanhar de policiais federais, por determinação da Funai, a gente ficou muito vulnerável. Aí, por inspiração do *Wazáre*, o herói mítico, tive de fazer esse trabalho. Consegui sair vivo de lá exatamente pela proteção da ancestralidade.

Desde lá, então, aprendi a ter uma reverência e um respeito enormes pela

ancestralidade, pois é ela quem garante, absolutamente, tudo, inclusive a militância daqueles que, hoje, lutam pela consolidação dos direitos.

Saí, então, de Brasília para Minas Gerais, porque passei no concurso da UFMG. Caiu, em minhas mãos, o substitutivo de um projeto de lei. E a gente conseguiu contribuir com o projeto de lei que, depois, foi aprovado na Assembleia Legislativa e foi sancionado pelo governador para instituir a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais.

Então, alguns estados da Federação já possuem leis próprias. Enquanto o projeto de lei ainda tramita no Congresso Nacional, fica, aqui, a recomendação para o Estado da Bahia apresentar, através da Sepromi ou, então, através dos parlamentares aliados, um projeto de lei instituindo a lei estadual.

Quanto a decreto, vocês sabem que isso se trata de política de governo.

Lei é política de Estado.

Qualquer que seja o governo, ele tem de fazer alguma coisa a respeito.

Então é muito importante a gente consolidar a política de povos e de comunidades tradicionais como política de Estado, porque o governo é transitório. Nós somos transitórios. As comunidades não são transitórias, pois elas vão permanecer. A gente tem de ter o zelo e o cuidado de perenizar, eternizar e consolidar esses direitos.

Conseguimos a instituição de alguns direitos. Direi onde isso avançou no Brasil. Os estados possuidores de comissão estadual para isso são Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará e Paraná. Salvador tem especificamente. No Rio Grande do Sul, o trabalho da legislação já está bem adiantado mas, ainda, não está consolidado. Quanto às legislações, elas já existem nos seguintes estados: Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Pará e Paraná. Algumas legislações são para povos extrativistas. Outras legislações são para os povos de comunidades tradicionais como os de Minas.

Mas, junto a Jorge, tive a honra de protagonizar o nascedouro da política nacional de povos de comunidades tradicionais. E, também, tive o prazer de ser o autor do projeto de lei em Minas Gerais que foi, finalmente, sancionado. Isso ocorreu em 14 de janeiro de 2014. E, agora, estamos regulamentando.

Este é um projeto muito interessante, porque pude me valer de todas as contribuições dos outros Estados para poder detalhar melhor o processo de regularização fundiária, o processo de reconhecimento de certificação, ou seja, detalhar, inclusive, com relação às categorias quanto a povos de terreiro de matizes africanas e quanto a pescadores.

Os territórios pesqueiros têm uma outra lógica e, por isso, eles não se enquadram, especificamente, na concepção de território quilombola ou indígena. Por outro lado, eles, também, têm as suas especificidades. E há, também, outros povos como os nômades, cuja ocupação não é tão gregária e permanente, pois esta se trata de ocupação sazonal. Essas são rotas tradicionais utilizadas por ciganos e outros povos.

Em Minas, inclusive, o povo circense ou a família do circo entrou para a

comissão estadual, porque eles estavam muito vulnerabilizados e, de fato, eles estavam sendo escoraçados pelos municípios. Alguns municípios tinham, até, lei que proibia a entrada de circo e de ciganos. E, aí, por conta dessa vulnerabilidade, as representações conseguiram sensibilizar os demais participantes a ter um assento na Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Também, há saberes de práticas tradicionais que são reproduzidas.

A política é estruturada em quatro eixos e eles são: acessos a territórios tradicionais e a recursos naturais, infraestrutura, inclusão social e fomento e produção sustentável. Eu e Jorge depreendemos essa lógica desde aquele momento e ela se mantém. De certa forma, são esses os quatro grandes eixos.

Há alguns avanços. Através de diálogos com a SPU, conseguimos construir um dispositivo a fim de destinar terras da União para comunidades tradicionais. Trata-se da concessão do direito real de uso em termos de autorização. Esta concessão é definitiva. Conseguimos regularizar muitas unidades de conservação exatamente por conta da normatização da concessão do direito real de uso como também o reconhecimento do uso das terras da União por parte dos povos nômades.

Em Minas Gerais, conseguimos regularizar um território através da CDRU (Cessão de Direito Real de Uso) para o povo calon de São Gabriel, pois este situa-se atrás do Minas Shopping com cerca de 35 mil hectares ao abrigar 80 famílias. É, atual e relativamente, uma região nobre. Mas eles ocupam as terras da antiga rede ferroviária.

Em outras palavras, estamos identificando quais são as maneiras. Acho que isso deveria valer, também, para outros povos que estão no contexto urbano e periurbano que, às vezes, têm dificuldade de regularização dos seus territórios. Há de se respeitar naturalmente o sagrado de cada grupo, porque sei que alguns não podem se deslocar ou mesmo se estabelecer em regiões que não tenha, ali, os seus fundamentos estabelecidos.

Em termos de infraestrutura, houve várias parcerias da sociedade civil com o governo estadual para o atendimento com relação ao acesso à água, ao consumo, à produção no semiárido. Ainda em termos de infraestrutura, há a parceria com organizações para a implementação de tecnologia social de acesso à água potável, sobretudo, na região norte. Há parcerias com organizações da sociedade civil para a implementação da água nas escolas localizadas em territórios nacionais.

Em termos de inclusão, conseguimos, no cadastro único, inserir campos específicos para comunidades de povos indígenas, comunidades quilombolas, incluindo mais cinco segmentos sociais tradicionais como extrativistas, terreiros, pescadores, etc.

Conseguimos criar uma coordenação, no âmbito da antiga Sesan, do MDS, desde lá continua essa estrutura. Diagnosticamos também os atendimentos prestados pelos CRAS aos povos indígenas e comunidades quilombolas, com a construção de uma metodologia diferenciada de atendimento; a valorização de pesquisas de avaliação, da implementação de políticas públicas voltadas para povos e comunidades tradicionais; mapeamento sociais, seja por iniciativa de núcleos de pesquisa, apoiados

ou não pelo governo; inclusão também no *Brasil sem Miséria* de recorte específico para povos e comunidades tradicionais.

O Edmilton está aqui, ele também é testemunha do que a gente pôde fazer do MDA para implementação da política; e confecção de orientações técnicas para o trabalho social com famílias indígenas – já terminou o estudo – para famílias quilombolas. São somente alguns avanços.

Com relação a fomento e produção sustentável, o plano nacional de produtos sociobiodiversidade; o ato era específico para povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos, pescadores, pescadores artesanais, a inclusão produtiva rural, enfim. Houve uma avaliação, uma reestruturação da comissão, contando com a participação da academia, depois os encontros e a reconformação da comissão.

Bom, mas os povos e as comunidades tradicionais ainda encontram um *deficit* de cidadania. Esse é um grande desafio. É preciso, inclusive, acessar programas básicos: a dificuldade de acesso; a discriminação; racismo institucional; intolerância, seja religiosa; o sexismo, tantas coisas que, de certa forma, corroem a máquina pública, que a gente não consegue a efetivação desses direitos.

Também o risco de encapsulamento de dinâmica de categorias identitárias, a partir do reconhecimento do Estado. Há muitos movimentos sociais que não se formalizam exatamente para não serem incorporados ou, de certa forma, “maquietados” pelo Estado. Isso é muito sábio, porque é uma forma de manter a autonomia à resistência, porque o Estado tem forma de controle da vida social.

Tem-se ampliado o pacto entre o poder público e esses segmentos, várias leis têm surgido, várias conquistas, sobretudo a nível local, onde a desigualdades de forças é muito grande e a ação de proteção do Estado é extremamente precária.

Eu gostaria de falar um pouco sobre essa questão da ancestralidade. Na memória social a gente costuma evocar a ancestralidade ligada a estratégias oitocentistas ou novecentistas, do século XVIII, XIX, em termos de fundação da comunidade, dos fundamentos da casa, a gente tem vários casos interessantes.

Um caso que me sensibilizou muito foi o caso do Isidório, em Minas Gerais, falarei rapidamente sobre isso. Eu estava dando um curso de direitos de povos e comunidades tradicionais, de direito quilombola, identidade, território e direitos em uma comunidade quilombola, eu sou muito sensível, e senti uma aproximação espiritual, mas de um tom muito imperativo: “Fala, rapaz!” E, aí, escutei do ancestral: “O direito vai até onde o entendimento alcança e as forças resistem.” (Palmas)

Eu fiquei assustado, reproduzi em alta voz aquelas palavras profundamente sábias e tão simples. Passaram-se 3 anos depois disso, fui a um terreiro com o meu irmão para ele fazer uma limpeza, tomar um passe, e o babalorixá, incorporado, me disse: “Você sabe quem te disse” - eu nunca tinha ido àquele terreiro - “que o direito vai até onde o entendimento alcança e as forças resistem”? Eu disse: “Imagino quem seja.” Eu estava perto de Diamantina, uma cidade que vocês conhecem em Minas Gerais ou já ouviram falar. “Bom, foi Isidoro”. Ele reproduziu a frase inteira. Eu nunca tinha tido contato com aquele babalorixá, e ele reproduziu a frase inteira – a

entidade. Eu fiquei muito surpreso.

Isidoro era um escravo fugido que, no século XVIII para XIX, nas imediações de Diamantina, muito ativo e afrontava as milícias, mas conseguia, com o garimpo de diamantes, toda vez que tinha um leilão de negros e negras, ir lá e arrematar o lote, e colocava esses negros e negras arrematados em liberdade na região. Então, todas as comunidades quilombolas e negras rurais, hoje, nas imediações de Diamantina, Serro e outras cidades, são tributárias do Isidoro, porque elas foram fundadas por ele, exatamente com essa ação política, visionária, lá no século XIX.

Isidoro, em um desses leilões, que era uma armadilha, foi preso, açoitado, morto, esquartejado, suas partes dependuradas para coibir, inibir qualquer movimento de rebeldia. E Isidoro não é lembrado, não consta no panteon das figuras históricas de Minas Gerais. Por isso fiz questão de falar sobre ele nesta sessão especial. Eu acho que tantos ancestrais se estabeleceram, inclusive estabeleceram estratégias visionárias.

Tijuaçu. Como a matriarca agiu? Dispondo seus filhos em derredor para que quando o território se consolidasse ele fosse largo. Então, o direito não é coisa que a gente deixa por menos. É coisa que a gente luta na justa medida que a ancestralidade estabeleceu.

Então, temos que ter essa sensibilidade como gestor e como pesquisador de reconhecer a grandiosidade desses homens, dessas mulheres anônimos que de fato estabeleceram marcos inolvidáveis de resistência e de luta pelos seus filhos e filhas, pelos seus descendentes.

Naturalmente a ancestralidade também não é algo restrito ao passado. Diz um autor do campesinato que da mesma forma como os caminhos estão traçados, geração a geração, os homens e mulheres põem seus pés sobre os pés dos seus ancestrais. Isso quer dizer que todos os saberes, todas as práticas tradicionais que hoje vocês operam em suas casas, em suas comunidades, são tributárias na ancestralidade e devem se remeter aos ancestrais, porque aprenderam dos mais velhos, não é? Porque aprendemos com os mais velhos e a eles devotamos o nosso reconhecimento, o nosso apreço, a nossa gratidão.

Por fim, eu queria finalizar dizendo duas coisas: primeiro, o que concebo por cidadania, como o direito de ter direitos, pois sem ela não se trabalha igualdade nem sequer o acesso a espaço público, pois os direitos não estão dados, mas construídos no âmbito da comunidade política. Direito não é dado, ele é conquistado dia a dia, na luta.

Segundo, eu gostaria de dizer que há diversas formas de matar: o descaso, a morosidade, a burocracia, os interesses dissonantes no âmbito do Estado são alguns deles. Por vezes não chegam a matar pessoas, matam também, mas matam interesses, aspirações de autonomias, de liberdade, utopias, o gosto pela vida.

Terceiro, que é o direito de associação deve ser a base do agir conjunto para a condição e possibilidade de geração do poder e que o direito à informação é condição essencial para a manutenção de um espaço público democrático.

Gostaria de concitá-los, portanto. Onde quer que atuemos, há um pouco de resistência através da desobediência civil; Entende que sem opor resistência através da desobediência civil nunca vamos consolidar o estado democrático de direito preconizado pela nossa constituição.

E por fim, em nome do proponente da sessão, deputado Bira Corôa, gostaria de saudar todos os membros da Mesa aos quais admiro, compartilho sonhos, venturas, conquistas, lutas e que estimo muito. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Nós que agradecemos, professor Aderval Costa Filho, pela brilhante palestra, pelo esclarecimento e, acima de tudo, pela retomada histórica de não apenas uma celebração de 10 anos mas de mais de 500 anos de afirmação e de luta.

Nesse momento, convido, para nos auxiliar, o nobre parceiro de sempre Ailton Ferreira, para que possa registrar as presenças.

O Sr. Ailton Ferreira:- Registro a presença da Sr^a Cleonice Campos, suplente de vereador em Camaçari; vereador Uelson de Jesus, Tata Ria Inkisse; Itanael de Góes Santos, vereador de Una, Bahia; vereador Laércio Valentin, de Simões Filho; Uiara Lopes, representando a secretária de Políticas para as Mulheres, Julieta Palmeira; Sr^a Maquota Joanice Gomes dos Santos, da Associação Religiosa e Cultural Filhos do Kabaranguange; Tatiana Santana, gerente do Departamento de Promoção da Igualdade; Sr. Everaldo Cardoso Bispo, babalorixá do Ile Ode Axé Oba Omyr; José Ramos de Freitas, coordenador executivo do Conac; Nicolás Nelgaço dos Santos, representando a Funai; Ednilton Cerqueira, coordenador na Secretaria de Desenvolvimento Rural, SDR; Carlos Augusto dos Santos, Associação Religiosa do Terreiros dos Filhos de Kabaranguange; Jorge Eumawilye Santos, Secretário-geral do PPLE, Partido Popular da Liberdade de Expressão Afro Brasileira; Maria Cristina Cerqueira Coelho, assessora da Secretaria de Recursos Hídricos e Saneamento; Cláudio Rodrigues dos Santos, meu colega, coordenador Executivo de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais da Sepromi; Matildes Paiva de São Bento, Unzo Angola; Francisco Emanuel Brito, do CAC; Maria de Fátima Ferreira, representação Quilombola; Maura Souza Chaves Bispo, de São Francisco do Conde; Berenice Borges dos Santos, Unzo Mucumbogirê, de São Francisco do Conde; Maricélia Conceição dos Santos, também de São Francisco do Conde.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Antes de retomar a fala à Mesa, gostaria de registrar que o deputado federal Afonso Florence encaminhou um comunicado em que justifica sua ausência nesta sessão. Eu pediria à Secretaria da Mesa para ler o seu comunicado.

O Sr. Ailton Ferreira:- (Lê) “ *Prezado Deputado Bira Corôa!*

Acuso o recebimento do convite de Vossa Excelência para participar da Sessão Especial, alusiva aos dez (10) anos de criação do Decreto nº 6040, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades

Tradicionais.

Em função da minha participação na reunião na Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU), da Câmara dos Deputados, da qual sou membro titular, não poderei participar da referida Sessão Especial.

Gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa de realizar esse evento de elevada importância para os povos e comunidades tradicionais no Brasil, que historicamente tem tido os seus direitos negados e seus territórios tradicionais ameaçados.

O Decreto 6040 é um dos grandes legados do Presidente Luiz Inácio LULA da Silva que, em sintonia com os povos e comunidades tradicionais, criou a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Aproveito para anunciar que no dia 2 de junho, do presente ano, às 15 horas, realizaremos na Câmara dos Deputados, em Brasília, uma Sessão Solene alusiva aos 10 anos do Decreto 6040, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Por fim, reafirmo o compromisso do nosso mandato na defesa dos direitos e da valorização dos povos e comunidades tradicionais no Brasil.

Forte abraço!

Afonso Florence

Deputado Federal – PT/BA.” (Palmas)

Aproveito para registrar também um comunicado do deputado Valmir Assunção que, por estar em compromissos em Brasília, não pôde estar presente. Ele reitera seu compromisso com a luta maior da identidade e da sobrevivência dos povos das comunidades tradicionais do nosso Estado.

Neste exato momento, vou falar rapidamente, porque não farei a minha fala na totalidade em razão do tempo e porque teria de me ausentar da presidência dos trabalhos para assumir a posição de palestrante. Sinto-me totalmente contemplado pelo apanhado histórico da retomada, passo a passo, das conquistas feitas pelo nosso grande expositor do dia de hoje, o professor Aderval, a quem mais uma vez agradeço por sua participação.

Vou fazer apenas um pequeno registro, porque a gente não pode deixar de fazer a celebração de um marco tão importante.

(Lê) “Essa sessão especial, alusiva aos dez (10) anos de criação do Decreto nº 6040, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, é um momento de profunda emoção. Ela acontece em um mês onde algumas datas importantes são lembradas: 08 de março, Dia Internacional das Mulheres; o 21 de Março, Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial; e o 22 de Março, Dia Mundial das Águas. 22 de Março 2017 onde a CLT foi rasgada, marcando o retorno ao sistema escravista no século 21.”

No dia de ontem, o Congresso nacional, especialmente os parlamentares que votaram contra a dignidade do trabalhador e da trabalhadora brasileira deveriam ter

vergonha de ser brasileiros. Não podemos deixar de pontuar que o ato de ontem remete à maior conquista dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras, que é ter na sua Carta Magna os direitos trabalhistas reconhecidos, mas sujeitos, posso dizer, a manuseios de interesses econômicos nas mãos dos patrões.

É levar o contrato sem registro em carteira, sem direito a férias, 13º ou outros benefícios por 9 meses. Isso é nada mais nada menos do que devolver a condição de trabalhador escravo ou semiescravo ao povo brasileiro. É colocar na mão de quem sempre nos explorou o direito de extorsão e exploração, agora incondicional e reconhecido pelo ato dum governo impostor que não tem interesse em defender nem defende o crescimento do Brasil e ainda se posiciona como um instrumento na defesa dos interesses do capital internacional.

O dia de ontem abre uma nova marca na história social, política e econômica do Brasil!

(Todos dizem “Fora, Temer!”) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Fora, Temer! Mas não apenas temos de marcar um “Fora, Temer!” Temos que assumir a condição de que estamos numa disputa ideológica na qual - por que não dizer? - a burguesia brasileira, à disposição e sujeita aos interesses do capital internacional, destrói as empresas brasileiras, sejam elas estatais, como a Petrobras, ou privadas, como as diversas outras que estão sendo destruídas num processo sob o argumento de que se estará combatendo a corrupção.

Em qualquer canto do mundo, se combate a corrupção responsabilizando e criminalizando os corruptos. No Brasil, o que estamos vendo é a destruição das instituições brasileiras. Estamos assistindo à criação de um mecanismo para devolver ao Brasil a condição de colônia. Não tenhamos dúvidas de que com essas medidas que estão sendo postas, num espaço de tempo muito curto, estaremos de novo empenhados à disposição do maior agiota internacional, o FMI. (Palmas)

Já estamos tendo de volta a precariedade nas condições de vida, enquanto o governo do PT e dos partidos até então da base aliada conduziu povo brasileiro à dignidade por tirá-lo da linha de pobreza e elevá-lo a consumidor ativo, garantindo-lhe moradias dignas e permitindo a acessibilidade de jovens negros, negras, índios, ciganos, filhos de marisqueiras e pescadores, entre outros, às universidades. Tudo isso assegurou que o Brasil pudesse ter, pela primeira vez na sua história, a confiabilidade do mercado internacional pelas condições que estávamos vivendo.

Então esse dia de ontem não pode ser esquecido. Tem que ser registrado, pontuado, porque outros dias com igual teor estão por vir, e nós precisamos reagir a esse processo!

Aí está uma chamada reforma da Previdência que, sem dúvida alguma, exclui a condição de o trabalhador e a trabalhadora brasileiros terem direito de gozar ou usufruir da sua própria contribuição, porque isso não é um favor do Estado. É um depósito feito pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras no sistema de aposentadoria, que agora querem levar para 49 anos, o que é nada mais nada menos do que tirar-lhes direitos.

Nós temos as aposentadorias especiais de quem durante a sua atividade laboral é submetido a riscos, assim como os professores, que com 25 anos atingiam o direito constitucional a uma aposentadoria especial e agora vão para 49, praticamente 50% a mais de tempo a ser percorrido. O que temos nesse contexto é que a mulher passa a ter agora, em idade e tempo de exercício da profissão e de contribuição, o mesmo que o homem. E o lavrador, a lavradora passam também a ter o mesmo tratamento dado a um trabalhador e uma trabalhadora urbanos. Essas condições nos remetem, nós povos e comunidades tradicionais, a arcar com o maior dos prejuízos nesse processo.

Então, por isso, fiz questão de não usar todo o meu discurso. Agradeço a nossa assessoria por ajudar a elaborá-lo. Vou pedir para que seja registrado nos Anais desta Casa na íntegra, mas fica aqui a marca de que estamos celebrando 10 anos de luta e de conquistas dum setor estratégico e importante das sociedades baiana e brasileira.

Não podemos como povos e comunidades tradicionais, porque somos referências na perpetuação e manutenção da nossa identidade social, cultural e econômica e demonstramos a maior capacidade de resistência e luta ao longo das nossas existências, aclamar que este governo que aí está possa desmontar a democracia brasileira e extrair do seio da nossa sociedade conquistas estratégicas como as que já atingimos, tirando-nos o direito de sonhar e de construir e realizar os nossos sonhos.

Por isso é que esta audiência talvez seja neste ano um dos atos mais significativos do Poder Legislativo da Bahia no momento, em repúdio ao dia de ontem no Congresso Nacional (palmas) e aos representantes das sociedades baiana e brasileira que se curvaram aos interesses do capital e negaram o direito dos trabalhadores e trabalhadoras, desrespeitando a nossa própria Constituição brasileira e rasgando-a.

Então, que fique como alerta que o povo brasileiro, o povo baiano e os povos e comunidades tradicionais aqui representados nesta Mesa não irão ceder nem se negar a manter a luta pela dignidade, pelo respeito, pela valorização da cidadania e pelo direito à afirmação da democracia no nosso País!

“Fora, Temer!”(Palmas)

Neste momento, até para quebrar um pouco o clima, já que somos tomados inclusive pelo processo da emoção, convido Rosana Moreira Paulo, que irá contribuir com um recital de poesias, retomando a arte e reafirmando que é na palavra, na emoção e nas ações que construímos a transformação.

(Apresentação artística.) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Obrigado, Rosana.

Neste momento concedo a palavra ao Cacique Babau, representando todo povo indígena do nosso Estado.

(O Sr. Cacique Babau entoia um cântico indígena.) (Palmas)

O Sr. CACIQUE BABAU:- Aqui estou eu, Tupinambá, neste dia, convidado por um parlamentar amigo, querido, que sempre pensou na minoria. Na verdade, não é minoria, é maioria. Podemos ser minoria nos golpes, nesse tal dinheiro que eles

falam. Mas em caráter, cultura e tradição ninguém nos supera, somos os maiores e mais fortes.

Bira, obrigado por ter-me convidado para vir aqui. Eu queria estar nesta Casa, sei que seus outros colegas não estão aqui, agora. Mas quero dizer que os eleitos que estão nesta Casa precisam provar que honram a Constituição baiana, na qual está escrito e eles juram defendê-la. Porque na prática não é isso que acontece.

Nosso governador também precisa assumir a responsabilidade que está na Constituição baiana, pois todos os povos indígenas do Estado da Bahia estão sofrendo ataques contínuos, sem parar, do governo federal, mas também do governo estadual, que permite os ataques sistemáticos, a expulsão sistemática de seus territórios, as agressões contínuas praticadas. Vocês sabem o que é criar uma criança desde novinha até chegar aos 6, 7, 8 anos e não conhecer outra coisa a não ser a mãe dizendo: “É hora de correr que a polícia vem aí.” Isso é vida? Isso é modo de tratar o filho da terra? Isso é modo de tratar qualquer ser humano? Defendem tanto as mulheres e praticam essa violência de deixar mães correndo com seus filhos chorando machucados por agressões. Criminalizam os pais, matam e deixam as viúvas com os filhos sem ter como sustentar. O governo roubou até o direito da viúva ter uma pensão a receber pelo marido assassinado. Violou todos os direitos, não é só o da terra, não, pelo menos matava e a viúva ficava com uma pensão. Hoje em dia, não têm mais direito nem à pensão. Retiraram e querem retirar a nossa dignidade, a nossa sobrevivência.

Mas olhei na Constituição baiana, está lá, tudo que está escrito no art. 231 da Constituição Federal, a Constituição baiana diz que assim se faz direito, que vai cumprir tudo que está lá. E por que o governador e nossos nobres deputados não fazem, imediatamente, a devolução das terras indígenas e quilombolas deste Estado? (Palmas) Isso não é favor, não. Isso é respeito. Vão devolver uma migalha de tudo que nos pertence. Salvador pertencia aos Tupinambás até chegar aos confins desta terra. E, hoje, lutamos para mais de 10 mil índios viverem em 47 mil hectares. Se dividisse igualmente, daria menos de 4 hectares para cada um viver. E estamos sendo massacrados, assassinados e ninguém faz nada. Não se pode nem abrir um inquérito pelos assassinatos que ocorrem.

E ainda dizem que somos um problema. Quem é o problema é quem não respeita as próprias leis que escreve, não tem palavra nem sobre aquilo que escreve. Somos Tupinambá, não escrevemos, mas o que falamos vale. Aquilo que nós dizemos vai-se cumprir. Digo e volto a dizer, Tupinambá morre de pé, mas nunca se ajoelha, quem abaixa o braço e se ajoelha, fica submisso. Tupinambá não se submete a ninguém. E ai de quem atacar Tupinambá na sua aldeia. Não sobreviverá, porque cairão todas as pragas da terra sobre quem nos atacar, sobre quem violar o direito de Tupinambá. Se o tempo é de violência, então vamos invocar tudo que nós temos na nossa ancestralidade. Tudo aquilo de sabedoria ancestral que temos, será colocado à prova.

Bira, a polícia civil e a polícia militar continuam coagindo o nosso povo no sul da Bahia, forjando provas para criminalizar e prender. Há 517 anos na Aldeia Nossa

Senhora da Escada nunca nos rendemos, nunca saímos, continuamos lá até hoje. Ninguém na face da terra nos tira, a não ser o Criador que nos devolve para o seio da Mãe Terra. E cabe ao governador devolver o território tupinambá. O parente Jerry me pediu para que os deputados aqui entrassem em contato com os órgãos, porque dois povos estão ameaçados de sair de terras públicas: os kariri-xocó e o povo tupã. Jerry está lutando, o juiz diz que não aceita voltar atrás. Várias famílias que vivem lá vão ser colocadas aonde? Porque a Constituição baiana e a Constituição Federal dizem que o índio é o único que não é sem-terra neste país, ele já nasce dono, porque a terra dele é inviolável, é intransferível. Mas por que ocupam nossa terra? Por que há a reintegração de posse para nós, donos da nossa terra, mas não há reintegração de posse para os invasores? Que juiz é esse que estudou para violar o direito tradicional? Mandar à morte os filhos da terra e alegar que estamos colocando o país em risco! (Palmas) Não, eu não aceito isso que nos mandam. Eu não vou engolir que sou o culpado por ter pobreza no País porque faço parte da pobreza. Não vou admitir que os hospitais estão com as filas desse jeito porque o índio ocupa uma vaga lá, porque estamos morrendo sem atendimento.

Quero saber onde é que nós quebramos esse País, quero saber quanto o governo deu a Serra do Padeiro para sobreviver, quero ver o que ele mandou para nós até hoje. Tenho uma viúva com nove filhos lá em casa, que mataram o marido e o governo prometeu ajudar, nunca mandaram nem uma colher de chá, mas ela está bem, saudável e superada. Mas não pode registrar uma queixa na delegacia porque o delegado diz que não aceita registrar queixa de assassinato de índio, mas assina do outro lado. Cadê a Assembleia Legislativa para reagir? Mas policiais pagos pelo Estado para pegar arma, botar no carro e prender índio, tem; pegar índio com a motinha cinquentinha e botar dois quilos de maconha e dizer que é do índio, tem.

Isso não é honra, isso não é dignidade. Estou dizendo aqui agora, Bira, eu não sei o que estão fazendo, mas estão tramando o meu assassinato fortemente. Acredito que seja a própria polícia civil disfarçada porque está chegando na aldeia constantemente. Por que isso? Porque sabem que não ajoelhamos diante de ninguém, não recuamos. E continuo dizendo que para tirar o direito do tupinambá, tem que eliminar ele da face da terra e eliminar não é fácil, 500 anos e não conseguiram.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Nesse momento, concedo a palavra a Valdivino Rodrigues de Souza, representando a Comunidade de Fundo e Fecho de Pasto.

O Sr. VALDIVINO RODRIGUES DE SOUZA:- Boa-tarde, gente. É um prazer representar um dos segmentos que têm construído uma base que tem ganhado visibilidade, mas é um segmento que é ainda um pouco discriminado e pouco conhecido no Estado da Bahia que são as comunidades tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto.

Embora, seja um segmento que com essa denominação nós só temos no Estado da Bahia, ganhou inclusive uma legislação estadual um marco importante na Constituição de 89, mesmo assim é um dos segmentos ainda invisibilizados. Sabemos que a invisibilização não é por acaso, é uma condição política que nos impõe porque se a gente é invisível; o Estado, não só o Estado da Bahia, o estado brasileiro nos ignora. Quando nos ignora não tem responsabilidade para conosco, isso é que é a verdade. É um segmento importante que ocupa parte do território, daquelas terras que os Garcia D'Ávila, que outros sesmeiros desocuparam e como o Estado não teve a condição de dar um destino a esses territórios, essas comunidades com o tempo foram ocupando e construindo suas condições de vida em cima desses territórios, que hoje consideramos nosso espaço necessário para sobrevivência, para a construção da vida, que são as comunidades tradicionais de Fundo e Fechos de Pasto.

Celebrar 10 anos do decreto 6.040, não quero mais falar sobre isso, porque o nosso professor, parceiro, companheiro, amigo na construção dessa história de 10 anos, já falou tudo que tínhamos para comentar. Quero dizer que sou testemunha dessa construção do decreto 6.040, a partir do momento em que nos convidaram como representante do segmento Fundo de Pastos para o primeiro encontro nacional de povos de comunidades tradicionais, que aconteceu em agosto de 2005, em Luziânia, perto de Brasília, Aderval estava lá, foi a segunda vez que andei em Brasília, a primeira vez que andei de avião na história, nos meus 48 anos.

Foi um momento importante para a gente construir no Brasil e também trazer para a Bahia essa experiência, que foi o decreto, a Política Nacional do Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Eu não quero falar muito sobre isso, mas dizer que sou testemunha desse processo, dessa construção, que é um marco importante na história deste País. Deu visibilidade e trouxe para o centro da discussão, para o acesso às políticas públicas, professor Aderval, tanto as políticas universais quanto a construção – isso é que é mais importante – de políticas específicas para o seguimento de povos e comunidades tradicionais no Brasil.

Nós podemos falar bastante: programa de preço mínimo para os produtos da biodiversidade, da sociobiodiversidade, foi um marco importante nessa construção; o PAA foi uma discussão dentro da Política Nacional do Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; o PNAI nasceu dessa discussão. Então, foram condições importantes que foram sendo construídas no Brasil a partir da discussão dos povos e comunidades tradicionais com base nesse marco, nesse instrumento importante que é o Decreto nº 6.040.

No entanto, a gente percebe – sem falar das condições para o acesso aos territórios, as condições para a permanência dos povos e comunidades tradicionais em seus territórios – o quanto perdeu dos últimos cinco anos pra cá. Por que? O que nós perdemos? Perdemos muito a força na luta por conta das políticas que foram sendo... Aí nós podemos dizer assim: as contradições do Estado, as contradições de governo.

Enquanto a gente luta por nossos territórios, a gente percebe o avanço de outros setores que são contrários ao nosso modo de vida, ao nosso jeito de agir, ao nosso

jeito de fazer e se fortaleceram muito mais do que a gente, fortaleceram-se muito mais do que o segmento de povos e comunidades tradicionais. A gente vê o avanço do agronegócio sobre o oeste da Bahia, onde estão as comunidades tradicionais geraizeiras e os fechos de pasto; o avanço da mineração no sertão, no interior do nosso Estado, onde estão muitas comunidades quilombolas e muitas comunidades tradicionais de fundos de pasto.

Então, há contradições que estão muito presentes no nosso modo de vida, no nosso jeito de viver, que impactam muito as nossas vidas no interior do Estado da Bahia. Estou falando especificamente da Bahia porque é uma cadeia da política, uma sintonia da política nacional, que acontece também em nosso Estado.

Mas quero celebrar o Decreto nº 6.040, com a participação exclusiva do Aderbal. Chorei também! Lembrar do Jorge Zimmerman, aquele homem forte que suou a camisa nas discussões não só da Política Nacional do Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, mas também contribuiu bastante para a Política Nacional de Recursos Hídricos, do Plano Nacional de Recursos Hídricos no âmbito do Ministério do Meio Ambiente. Nós, como membros da Comissão Nacional, muitas vezes fomos convidados para este Ministério com o objetivo de fazer o debate sobre a construção da política nacional e do plano nacional de recursos hídricos.

Tudo isso nos traz para esse momento de celebração, é um momento de celebração, portanto, não podemos deixar que se percam as conquistas que nós tivemos nesses últimos dez anos. Por fim, parabenizar o deputado Bira Corôa e agradecer a Sepromi e a Cespect pelo convite. Bira Corôa, eu o conheci no seu gabinete como militante do movimento da articulação, mas também como membro da Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, quando foi presidente da Comissão de Promoção da Igualdade aqui, da Casa. Ajudei, auxiliei, inclusive, a deputada Fátima Nunes no ano em que ela presidiu a Comissão.

Mas a gente precisa fazer com que a Assembleia Legislativa, o Parlamento baiano, tenha um maior comprometimento com as questões dos povos e comunidades tradicionais no Estado da Bahia, fortaleça a comissão estadual, fortaleça, inclusive, a Secretaria que foi criada especificamente para isso.

Houve um debate com o ex-deputado Luiz Alberto, enquanto secretário, pra construir um espaço, um marco importante pra fortalecer o segmento de povos e comunidades tradicionais do nosso Estado. Aderbal participou em alguns momentos, Diosmar Filho participou também da construção da política estadual, que foi um decreto assinado pelo governador... não sei se foi Rui Costa, não lembro agora, acho que foi Jaques Wagner que, no finalzinho do mandato, assinou o decreto que criou a política estadual de povos e comunidades tradicionais, que a gente construiu no âmbito da comissão estadual.

Marcos importantes, espaços importantes precisam ser fortalecidos, acho que a Assembleia Legislativa, o Parlamento baiano, precisa dar mais um gás pra fortalecer esses espaços porque a gente não sabe, Aderbal disse isso muito bem... A política passa, os governos passam, mas o segmento de povos e comunidades tradicionais,

fundo de pasto, indígenas, quilombolas, geraizeiros, fechos de pasto, comunidades de matriz africana, enfim, tantos outros, permanecem nos seus territórios e precisam ter o amparo do Estado baiano, do Estado brasileiro.

Precisamos contar com esse apoio do Parlamento, de quem faz a discussão, o debate político, pra fortalecer a nossa luta, luta dos povos de comunidades tradicionais do Estado da Bahia, que é uma luta histórica e precisa ser fortalecida e amparada pelas políticas públicas que o Estado constrói, que não pode ser “dar com uma mão e tirar com a outra”, como acontece atualmente.

Para terminar, indignei-me ontem quando um deputado daqui postou nas redes sociais, comemorando uma reunião que teve com o setor do agronegócio e da agropecuária baiana, que comprometia-se a criar uma frente parlamentar aqui, na Assembleia Legislativa, de apoio à agropecuária e ao agronegócio. Enquanto isso, despreza, não reconhece a importância, a força que as comunidades tradicionais têm no sentido da produção sustentável, da produção que leva a comida pra mesa do povo baiano, principalmente o povo urbano do Estado da Bahia.

É preciso que a gente construa esse diálogo franco, aberto, abra, escancare as portas desta Casa, deputado, para que as populações tradicionais tenham espaço e oportunidade para fazer o debate com quem faz as leis, com quem faz os marcos legais no Estado da Bahia, que é a Assembleia Legislativa, que é o Parlamento baiano.

Muito obrigado a todos, um abraço! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Nós que agradecemos!

Nesse momento, concedo a palavra ao Taata Konmannanjy, representando todos os povos de terreiro.

O Sr. TAATA KONMANNANJY:- (O orador faz uma saudação em outro idioma) Venho agradecer aqui ao nosso deputado estadual Bira Corôa por esse momento, nós negros só temos mesmo que pedir a eles, porque, aqui, deputado nosso, não temos mesmo quem olhe para a nossa causa, então, obrigado, deputado Bira Corôa.

Quero agradecer a Edmilson por esse momento, Edmilson Cerqueira – levanta a mão aí, nego –, ele que solicitou, teve a ideia de fazer essa sessão, e o gabinete do deputado... eu não sei falar os nomes dos três, Jorginho, Lindinalva e, como é o nome do outro? Itamar. Luís e Cláudio são da Sepromi, e Euzinho, do Acbantu.

Quero agradecer à nossa comunidade de São Francisco do Conde. Muito obrigado. Agradecer ao pessoal de Camaçari, de Alagoinhas. Agradeço ao nosso vereador, meu irmão pai de santo. A Bahia é boa demais. (Risos) Ao nosso pessoal de Ilhéus que está aqui; à comissão de povos e comunidades tradicionais. Agradecer também nossa Neusa por estar aqui a convite. Nosso irmão Babau, estamos contigo meu preto. Meu preto, não. Meu índio.

Primeiro quero falar que fico aqui imaginando como é a mentira. Mas, não se

pode dizer que parlamentar mente. Dizem que é falsa verdade. Como é que pode se trabalhar? Se fala, se escreve, se diz, se notícia tudo isso: intolerância religiosa, igualdade. Estou ali junto de uma bíblia. Isso é igualdade? Não sou cristão, acho que Babau não é cristão. Isso é igualdade de vida? A Casa do Povo. Uma falta de respeito dessa. Por que não pega o meu símbolo e coloca ali? Não pega um símbolo indígena e coloca ali? Ah, isso não é mentira porque é parlamentar. Isso é o quê, então? Engodo. Engodo. Esta Casa aqui é minha, é sua e é nossa. Nós exigimos que sejamos respeitados. Eu não sou cristão. Eu sou brasileiro e quero respeito.

Aí bota um crucifixo: um homem lá sofrendo na cruz. Ali. Isso é sinal de respeito? Queremos respeito, igualdade. Somos iguais. Por que colocam uma *Bíblia* ali? Sou historiador e para mim a *Bíblia* é um grande livro. Mas minha bíblia é a natureza, são meus inquices, meus voduns, meus orixás. Isso é que é minha bíblia. Isso é que me conduz à verdade. Não sou cristão e exijo respeito. É pra fazer algum papel? Me diga que a gente faz, deputado. Porque exijo respeito. Isso aqui é a Casa do Povo, não é igreja católica, não é igreja evangélica, não é igreja protestante e também não é terreiro de candomblé. Isso aqui é a Casa do Povo. Isso é uma falta de respeito ao cidadão. Agora, o País não é laico. Era laico até lá fora. Aqui não. Aqui é cristão.

Quero falar um pouquinho – tomar um pouco de água porque subiu à cabeça –, nós da comissão tivemos muito lucro com ela. E também agradeço ao presidente Lula por nos dar voz e direito de trabalhar por nosso território em todo o Brasil. Posso falar do meu irmão cigano, dos quilombolas, dos terreiros, pescador, marisqueiro, extrativista, do fundo e fecho de pasto, dos geraizeiros. O Estado da Bahia é o que mais tem povos tradicionais: nove.

Posso alongar um pouquinho, não posso? Vou falar um pouco dos terreiros. Os povos de terreiro foram um dos grupos que mais tiveram lucro com a comissão. Olhe que venho acompanhando a comissão desde o início. Nós não fomos reconhecidos como povos tradicionais através do decreto 6040. Não foi, professor?

Vocês sabem como foi que passamos a ter direitos a várias coisas aqui, em qualquer lugar do Brasil? Quando Acbantu foi para Luisiana. Ana Brasileiro foi quem foi para Luisiana e lá quiseram nos barrar, dizendo que candomblé era questão religiosa, na maior ignorância. Mas Aderval não falou quem era nosso inimigo. Nosso inimigo principal era a Seppir. Eu falo. Ela que traduziu essa questão de matriz africana para nos acabar, para nos dividir, para dizer que a umbanda era de segundo plano. Dizer que catimbó era de segundo plano. Eu vivi isso, eu posso falar isso.

Dizer que a umbanda era de segundo plano, que não podia baixar a cabeça para o candomblé. Dizia outras coisas. Nós somos povo de terreiro, não fui eu que inventei. Isso foi através de oficinas regionais, com o professor, antropólogo do Amazonas, Alfredo Wagner. Eu disse que detestava antropólogo, que antropólogo era ladrão, e ele me levou para o Pará para eu ver que ele não era ladrão. Fiquei um dia todo lá em Belém do Pará, para ele me provar. Eu disse “Você não rouba, eu sei. Mas você rouba a questão da assinatura, não é dinheiro”.

Por favor, Aderval, conserte seu livro lá, porque matriz africana é capoeira, é jongo, é bloco afro, Malê Debalê, Ilê Aiyê, tudo isso é matriz africana, a junção de

tudo. Mas temos o direito, somos povos de terreiro, temos língua. Eu falo quimbundo e quicongo, se pode falar iorubá, o outro fala fon, o outro, ijexá. Isso é questão de povo, é questão de território linguístico, e não podemos deixar isso à toa. Somos povo de terreiro.

Nosso irmão – eu chamo ele de padrinho, porque quando estávamos no Acre, Aderval, para uma oficina, estávamos todos perdidos, e ele foi nossa valência –, o professor Jorge Zilberman, nos conduziu. Passamos 5 dias em Rio Branco, pegando instrução do nosso falecido professor. Eu irritava ele e irritava Aderval – Aderval ficava vermelho igual à bandeira do Bahia ali. Homem de cor é branco –. por questão nossa, porque na minha ignorância eu queria ir para um terreiro. Não só o terreiro da Bahia, da minha casa, que eu sou Angola, mas para os terreiros de todo o Brasil.

E conseguimos muitas coisas: cadastro único foi através do 6040; o reconhecimento do Estado brasileiro, através do 6040; agricultura familiar, através do 6040; a DAP, através do 6040. Até hoje as universidades baianas e brasileiras não falam o que somos como povo. Falam de nós só para dançar, para cantar, para servir de palhaço no aeroporto. Depois, quando chega aqui o governador chama o padre. Estou mentindo? Quando é para representação oficial, chamam o padre, chamam o bispo, porque pensam que são mais autoridade do que nós. Temos de rever tudo isso. E comece por vocês, nessas questões.

Quero dar um recado ao meu querido amado governador do Estado da Bahia. Ele é o meu governador, ele é o nosso governador. O melhor governo do Brasil encontra-se na Bahia, do PT. Se ele não for o primeiro, o terceiro não é. Ele é o primeiro governador para a gente. Porém, tem um detalhe, ninguém é perfeito.

Governador, tem um dito popular que diz que “por causa de um cio, se perde o ouro e nem tudo que reluz é ouro”. O senhor está fazendo um bom governo, mas a traição pode estar posta. Receba as comunidades tradicionais, governador. Por gentileza, receba os movimentos sociais, governador. (Palmas)

Eu me lembro que nós, em Brasília, passamos 6 anos tentando uma audiência com Dilma. Íamos pela Casa Civil, Dilma nunca nos recebia. Quando faltavam 6 meses para botar ela para fora, nesses 6 meses eu fui 10 vezes lá, apertar Dilma. Passamos 6 anos, faltando 6 meses para ela ser botada para fora fomos 10 vezes ao Palácio do Planalto. O cara até já conhecia a gente.

Então, governador, isso serve de alerta. Receba as comunidades tradicionais, os movimentos sociais, porque nós somos 1/3 da Bahia. Receba, não faz mal, não.

Existe um projeto matriz africana, um ótimo projeto para terreiro, para matriz africana, mesmo, porque tem samba, tem capoeira, tem terreiro, tem quilombo, tem todo mundo junto. A gente fica desconfiado de que a segunda parcela talvez não saia. E, governador, a segunda parcela é a confirmação do que foi feito, do que já foi realizado, para sustentar o que está feito. Peço ao Sr. Governador que nos ajude.

(O Sr. Valdivino tira foto com o Sr. Cacique Babau.)

O Sr. Valdivino Rodrigues de Souza:- Quero, aqui, agradecer a todos, agradecer a Babau. Obrigado Babau, Tupã que te abençoe.

Esses 10 anos foram 10 anos de luta. Vocês, hoje, acham que esse decreto da Bahia, que nós ajudamos a fazer, eu e meu irmão... trouxemos de Brasília, nem combinamos isso. Aí, os deputados se alvoroçaram e quase não sai, porque a política, quando viu que a ideia era boa, foi briga. O negócio era para sair em 1 ano e saiu em 3 anos.

Isso não foi fácil. Eu ia para o Acre, ia para Minas Gerais e outro lugar aí. A gente ficava com fome porque a diária não saía. Era um ajudando o outro. E a gente debatendo assunto de território social para nós.

Agora, nós, de terreiro, também estamos fazendo sociobiodiversidade. Quem diria, hein, um terreiro na sociobiodiversidade! No ecodesenvolvimento.

Quero agradecer, novamente, a D. Neusa por vir, muito obrigado; aos meus irmãos; ao deputado; e a todos vocês.

Vou cantar um pouco em homenagem ao que está posto e aos meus irmãos tupinambás.

(O Sr. Valdivino Rodrigues de Souza canta.)

O Sr. Valdivino Rodrigues de Souza :- Por favor, Sr. Presidente da Assembleia, nos escute: retire essa Bíblia que essa Casa não é de vocês, essa Casa é do povo.

Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Quero aproveitar para comunicar que a deputada Luiza Maia, que aqui esteve, reitera o apoio, a contribuição que sempre deu e o compromisso com a nossa causa. Mas ela também estava conduzindo uma outra audiência, neste exato momento, aqui, na Casa. Quis fazer esse registro.

Assim como também chegou aqui uma mensagem do deputado Robinson Almeida, justificando a ausência por estar também em Brasília, mas reafirmando e reiterando o compromisso por essa luta e pela afirmação dos povos de comunidades tradicionais do nosso Estado.

O Sr. Ailton Ferreira:- Quero registrar a presença da Sr^a Ana Bispo, da Rede de Mulheres Negras de São Francisco do Conde; Alba Célia Medeiros, também de São Francisco do Conde; Márcia Oliveira, do Terreiro Centro de Caboclos Sete Serra; Sindy dos Santos, do Ozombi Buburusema de Zamby; Cláudio Tupinambá, diretor do Mopoíba, de Ilhéus; Joedson Santos Pereira, do Terreiro de Yemanjá; Edinice Gonçalves, do Ylê Axé Yleam de Jagum, de São Francisco do Conde; Elciene Silva, representante de Fundos de Feixes e Pastos da Cespct; Alexinaldo Paciência, ogan do Ylê Axé de Nanã; Anailson dos Anjos, babalorixá do Ylê Axé Sarapocã; cacique Ramon Tupinambá, representando os Povos Indígenas, Cespct; Natan Maurício de Azevedo, presidente da Associação Beneficente Liberta Samba; Antônio Carlos Calmon, presidente da Associação Quilombola Urbanos; Jasiel dos Santos Silva, articulador dos Fundos e Feixes de Pastos; Euzilene Alves de Araújo, representante das Comunidades de Gerazeiros; Elziene de Abreu Silva, membro da Cespct, representando Fundos e Feixes de Pastos; Rosane Oliveira Barreto, do Inema,

Governo da Bahia; o nosso colega Antônio Cosme, coordenador executivo de Políticas e Promoção da Igualdade; Maria Isabel Brandão, do Fórum Nacional de Mulheres Negras; Sirlene Assis, presidente da Unegro; Ednaldo Vieira Santos, presidente da Sociedade Organizada Metrô 1; Lucidalva Xavier Barbosa, representando a Bahiapescas, Governo da Bahia; Dayane de Oliveira Lima, representando aqui a Setre, Governo do Estado da Bahia; Jucy Santana, representando a secretária Olivia Santana, Setre, Governo do Estado da Bahia; Jeferson Cerqueira Viana, do Confren; Alexandra Godinho Fernandes, representando a Pesca na Cespct; e o suplente de deputado Mário Jacó. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Concedo a palavra à Sr^a Neusa Zimmerman.

A Sr^a NEUZA ZIMMERMAN:- Boa-tarde a todos e a todas.

Eu queria falar da alegria e da emoção de estar aqui, de me emocionar junto com vocês. Eu gostaria de agradecer ao deputado Bira Corôa pelo espaço aberto nesta sessão especial para homenagem a Jorge Zimmerman. Eu gostaria também muito de agradecer ao Sr. Konmannanjy e Edmilton pela iniciativa.

Em meu nome e dos meus filhos, são três, quero falar do quanto foi bom ter vivido com ele. Foi um período de muito carinho e aprendizado e de reforço de uma nacionalidade e do interesse de cada vez mais estar perto de causas, de demandas e de lutas como a de vocês.

No final deste mês, em Brasília, faremos a entrega dos prêmios da primeira versão do Prêmio Jorge Zimmerman da Sociobiodiversidade. Foi uma iniciativa da família, com o apoio do ISPM – Instituto Sociedade, População e Natureza. Nós desejamos fazer outras versões, vamos ver se conseguimos.

Eu gostaria de dizer que, se ele estivesse aqui presente, ele diria para vocês: “Confia, o momento é difícil, mas vocês saíram de uma invisibilidade, estão caminhando de maneira muito forte, de uma maneira muito organizada e vocês são exemplo para outros segmentos da população brasileira.”

Então, esses 10 anos representam conquistas, que nós vimos aqui, e muito mais conquistas vocês vão conseguir. Força e contem com a força do Jorge Zimmerman. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Quero aproveitar para convidar o cacique Hermon para compor também a nossa Mesa, representando e assegurando a presença dos povos e comunidades indígenas. Quero aproveitar e registrar a presença de Rita Maria Rodrigues da Silva, que neste ato representa a vereadora Marta Rodrigues. Registrar a presença de irmã Teresa; registrando também a presença de Nanci Guedes, do Instituto Suzi Belmon, e também registrar a presença de Suzi Belmon Ferreira dos Santos, do Instituto Suzi Belmon.

Concedo a palavra ao defensor público Gilmar Silva.

O Sr. GILMAR SILVA:- Boa-tarde, quase noite.

Quero saudar a Mesa nas personalidades da Sr^a Neuza Zimmerman, Fabya Reis, Bernadete Ipitanga e estender a todas as demais personalidades que estejam à Mesa. Quero saudar os senhores e senhoras aqui presentes e fazer uma fala muito breve sobre o lugar da Defensoria Pública. No primeiro momento, falarei representando a instituição e, no segundo momento, falarei pessoalmente sobre aquilo que temos feito e as nossas preocupações.

Aqui representando o Dr. Clériston Cavalcante, defensor-geral, venho informar que a Defensoria Pública, desde 2009, vem realizando atividades ligadas a comunidades tradicionais, a partir de participações em GTs, em processos judiciais, requerendo em nome de comunidades... Temos, mais recentemente, atividades ligadas a comunidades tanto no Sudoeste do Estado, a região de Vitória da Conquista, como regiões aqui mais próximas, como São Francisco do Paraguaçu, onde a Defensoria teve uma atuação muito presente.

Sem dúvida, o momento que marca essa atuação mais fortemente para mim, talvez tenha sido um dos momentos mais cruciais em que a gente começa a perceber que a instituição precisa tomar posição. E muitas vezes o tomar posição, e isso eu não tenho dúvida em dizer que o Dr. Clériston é um homem que toma posição, de que a Defensoria tem que estar do lado daqueles que foram vulnerabilizados. Os povos tradicionais, historicamente, construíram o seu caminho a despeito das instituições. A Defensoria Pública, que está hoje, sem dúvida, do lado dos povos tradicionais, chegou muito tarde inclusive. Chegou, está do lado, mas chegou muito tarde, porque ela entrou já no momento em que os povos tradicionais tinham construído os seus caminhos.

Quando a gente fala do Decreto nº 6040/07, ele, na verdade, foi precedido, também no governo Lula, pelo Decreto nº 4887/03, se falavam sobre as comunidades quilombolas. Quando temos essa atuação, atuação sem dúvida nenhuma absolutamente comprometida institucionalmente, inclusive temos um grupo de trabalho dentro da Defensoria que só trata, professor Aderbal, de povos de terreiro. Nós temos uma cartilha, um encaminhamento para as prefeituras do Estado da Bahia dizendo como devem ser tratadas as questões tributárias, que são específicas, o direito à imunidade, tudo isso. Nós temos esse encaminhamento em todo o Estado da Bahia, mesmo em locais em que não temos representações da Defensoria, nós o temos com o apoio, sem dúvida alguma, de uma grande parceira, que é a Sepromi. Mas tudo isso está sendo muito ameaçado. Por que muito ameaçado? Aí, deixo um pouco a fala institucional, a fala enquanto Defensoria Pública para falar brevemente das minhas preocupações.

Esse governo que está hoje instalado no País, que apeou do poder uma representante que foi legitimada pelos votos, ou seja, pela decisão da maioria das pessoas que votaram, esse governo, entre os muitos dos seus atos, editou a MP nº 759. A MP nº 759 cria uma série de instrumentos que dá a aparência de que vai facilitar o acesso à terra para as pessoas. Esse é um grande risco. Porque aquilo que há de mais importante a nosso ver que trabalhamos a ideia de coletivização dos direitos de essencialidade, da participação das pessoas no direito, é de que as terras devem ser

trabalhadas coletivamente.

Então, a ideia é exatamente de facilitar o acesso à terra para a propriedade privada e não para a propriedade coletiva. Essa é a nossa preocupação inicial. Mas, ao mesmo tempo, quando vemos esse movimento, quando vemos este momento aqui, quando vemos uma poetisa apresentar uma belíssima poesia, quando vemos pessoas que o tempo todo... E uma particularidade, eu tenho uma interlocução com vários movimentos tradicionais mas, em particular, com as populações quilombolas, que têm fortemente uma presença feminina. E no mês em que se tem um mês de conscientização e luta das mulheres, nessas comunidades temos grandes e fortes lideranças femininas.

Então, quando vemos essa capacidade, inclusive das mulheres, de se reconstruir, de lutar e a cada dia superar mais desafios é que eu acredito. Acredito que cada instituição, principalmente a Defensoria Pública, que é composta por mais mulheres do que homens, na capacidade dessas instituições, como aqui nesta Casa, com todos os senhores, mas uma Casa que tem uma Luiza Maia, é uma Casa que a gente precisa ter esperança...

Então, não foi à toa que aqui só se tem mulheres. São nelas que hoje repouso a maior parte da minha esperança de salvar este País.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Concede a palavra à representante dos quilombos, Bernadete Passivo.

A Sr^a BERNADETE PASSIVO:- A benção aos meus mais velhos, a benção aos meus mais novos, vou cumprimentar a Mesa e todos que estão presentes. Vou falar brevemente, pois sou um pouco acanhada, não sou muito de falar, sou mais de agir.

Quero agradecer a esta Casa pelo dia de hoje, por tudo que vocês estão fazendo por nós; à Sepromi, que vem fazendo um trabalho muito bom na nossa comunidade. Quero agradecer ao deputado Afonso, Bira Corôa, Valmir Assunção, a todos que estão aqui; a todos dessa equipe maravilhosa da... está ali o meu irmão presente. Quero pedir, deputado, que esta Casa interceda para que não tenha mais nenhum sofrimento para os Quilombolas. Pois acho que não basta. É uma falta de respeito muito grande a esse povo que se chama quilombo, a esse povo de terreiro. Hoje, não sei mais o que nós fazemos. É muita coisa que vem acontecendo, e não temos mais condições.

Quem está acompanhando o nosso processo é o senhor, Bira Corôa, o senhor sabe quantos problemas nós temos. Veja quanto impacto: temos na comunidade quilombola uma colônia penal, que é onde está havendo sérios problemas com os menores, que estão servindo de avião. Temos um problema de 23 dutos cercando as nossas comunidades. Temos outro problema que é a Bahia Norte: não temos a passagem da frente, a nossa manifestação não entra mais pela frente, entra pelo fundo, faz um arrodeio para chegar até a comunidade. Temos outro impacto que se chama a

Embasa, que aproveitou, agora com o carnaval, e acabou com a roça dos pobres coitados que estão lá trabalhando. O pessoal dos agricultores aproveitou o feriado de carnaval e botou trator, tudo que pode botar lá dentro, escavou, acabou. Agora, existe lei para nós, que somos pequenos, mas para eles não existe. Acabaram com a mata, acabaram com tudo, até o córrego aterraram, só de dendê tiraram 32 pés, acabaram.

Para completar, deputado, estamos sabendo, e venho pedir ajuda a todos aqui presentes, que – pelo amor de Deus, era só o que faltava! – um lixão está indo para lá. Espero que vocês daqui e a Sepromi intercedam. Estou aqui hoje, mas os meus meninos estão lá com a Terra Mirim, estamos em reunião, viu, vereador! Vamos ter uma audiência pública, e já tem vereador apoiando isso aí. Espero que vocês nos ajudem e peço não só a Deus, aos meus inkices, a todos os irmãos que estão aqui presentes essa força e que não deixem o lixão ir para lá.

Muito obrigada e parabéns a todos que estão aqui.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Concedo a palavra a Secretária Fabya Reis, que neste ato também representa o governador do Estado da Bahia, Rui Costa.

Quero também registrar a presença da Ialorixá Nancy Guedes.

A Sr^a FABYA REIS:- Boa-tarde a todos e a todas. Quero pedir a bênção aos meus mais velhos e também aos mais novos nesta tarde de celebração. Quero, inicialmente, cumprimentar o deputado Bira Corôa pela iniciativa desta sessão, em especial quero aproveitar e estender, deputado Bira Corôa, a nossas equipes, a sua equipe junto com Lindinalva, Jorginho, Dr. Cláudio, Luís, uma turma preocupada, está ali também Edmilton, que está hoje na SDR, que também nos auxiliou na construção desta sessão.

Quero igualmente cumprimentar Neusa Zimmerman, representando, *in memoriam*, Jorge Zimmerman, essa figura importante para os povos e comunidades tradicionais. Quero cumprimentar Cacique Ramon, representando os nossos parentes, os povos originários desta terra, os povos indígenas na nossa Comissão de Sustentabilidade para os Povos e Comunidades Tradicionais.

Cumprimentar igualmente o Tata Konmannanjy, que já mandou seus recados aqui. Nós, enquanto representação do governador, mas também na nossa tarefa institucional, enquanto auxiliar do governador Rui Costa, levaremos a reivindicação, reiterando a sua importância para que possamos cada vez mais fazer a aproximação. O entendimento do governador Rui Costa é da gestão dialogada, da aproximação de alinhamento entre governo e sociedade civil. Reiteramos que nós o faremos tão breve estejamos com o nosso governador Rui Costa.

Quero saudar também o nosso professor Aderval que esteve hoje aqui trazendo toda a contextualização do que foi uma construção coletiva nesses 10 anos do Decreto nº 6.040/07 e que dela puderam derivar muitos outros marcos regulatórios, a exemplo a nossa política de Estado em 2014, a criação também da nossa Comissão do Estado. No finalzinho aí do governo da presidenta Dilma, foi transformada a Comissão em

Conselho Nacional e nós também estamos seguindo esse bom exemplo aqui auxiliados por todos os membros da nossa comissão que se fazem presentes aqui nesta sessão, esse bom exemplo para que a gente possa, cada vez mais, fortalecer essa instância que nos auxilia, sem dúvida, na aplicação dessa política que ora nós celebramos. (Palmas.)

Saudar especialmente também Dona Bernadete, representante dos quilombos na nossa comissão, e que hoje traz aqui a sua reivindicação. Ontem pudemos também tratar dessas questões, D. Bernadete, e reiteramos aqui o nosso compromisso de continuar nessa mediação para que a gente possa o quanto antes dar conta da nossa missão e da nossa obrigação institucional.

Valdivino, nosso companheiro da Cespect, que se emociona porque também é um dos baluartes dessa construção coletiva. Eu entendo, e vou contar uma situação bem particular. Quando eu encontrei Valdivino na Sepromi, ele já sabia de mim de outras frentes, da Frente da Reforma Agrária, da luta popular, mas não na política. Ele se apresentava e dizia: Agora falta você se apresentar. E hoje, Valdivino, depois de algum tempo, nós pudemos estreitar e estruturar essa relação, e eu tenho o maior orgulho de ter feito parte da Comissão quando estive coordenadora executiva, aprendendo contigo, trazendo essa memória compartilhada do que foi esse processo. Esta semana foi aniversário de Valdivino, na segunda-feira ele ficou mais novo. Então, parabéns especial para você. (Palmas)

Esta plenária de hoje à tarde, tão representativa, muitas pessoas já passaram aqui, e quero informar ao deputado Bira Corôa que tantas já saíram porque têm de pegar o ônibus, mas eu fiquei muito feliz, porque podemos coincidir o que foi o nosso encontro ontem da Comissão, quando pudemos nos debruçar no conjunto de pautas de reivindicações, no conjunto de eixos estruturantes, que são desafios tanto para minha condição de presidenta dessa Comissão, a qual tenho a honra de presidir hoje, compartilhando com as nossas representações aqui, como também na nossa missão de estar à frente na Secretaria de Promoção da Igualdade Racial. (Palmas)

Ontem, tivemos um dia do bom debate, de uma construção profícua deferência. O deputado Jacó pôde, inclusive, nos auxiliar numa análise de conjuntura. Assim como Edmilton, mais uma vez mencionando, nós podemos falar do que foi a conquista que ora celebramos, mas o que, por exemplo a nossa indignação e a nossa preocupação para manter o protocolo do cargo do que foi o dia de ontem, do que tem sido a última quadra em relação aos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras do Brasil em relação aos debates da Previdência, que impacta, sobretudo, naqueles e naquelas que têm um estilo, também, de vida que inclui a agricultura familiar e então, nos homens e nas mulheres, que vivem da floresta e do campo isso impacta diretamente.

E, ontem, tivemos, portanto, um assombro que rasga a CLT, normatizando de concreto na institucionalidade a contratação de terceirização. E de igual modo podemos acompanhar e tem sido uma preocupação na nossa articulação institucional, pensar no que tem sido o conjunto das fragilizações em relação à política dos quilombolas, naquele que é o ponto fundamental para todos os povos tradicionais que

é a questão da regularização fundiária, a questão do território, que implica a água, a terra, os recursos naturais e que assegura a reprodução do seu modo particular dos seus costumes, da sua religiosidade, do seu modo de viver.

Então, temos acompanhado isso com muita preocupação, mas, também com o intuito de sermos efetivos. Por isso, quero parabenizar o trabalho da nossa comissão que tem sido uma voz importante na orientação do marco da política pública que estamos desenvolvendo.

Mas quero dizer que precisamos sim celebrar, e gostaria que hoje, os 750 quilombos desta Bahia pudessem dizer: temos uma parte nessa construção dessa política de povos e comunidades tradicionais. (Palmas)

E as mais de 22 comunidades indígenas, que integram este Estado, também possam estar em festa; que os mais de 15 mil, 150 mil pescadores e marisqueiras deste Estado, também, possam dizer: nós temos as nossas digitais; que as comunidades ciganas; que as comunidades de geraizeiros e de fundo de pasto possam celebrar, para que isso sirva de ânimo e para revigorar a nossa energia para seguirmos essa batalha, que tem sido uma quadra muito difícil.

Hoje, Dr. Aílton, inclusive, recuperava num diálogo conosco, que neste mesmo dia desembarcava aqui na Bahia uma comitiva de 250 pessoas guiadas pelo governador à época, o governador-geral do Brasil, Dom Duarte da Costa, administrador e membro do conselho real português, com duas missões específicas: a primeira era combater as tribos indígenas da Bahia e a outra era organizar as entradas no sertão para explorar as riquezas minerais que seriam mandadas para Portugal.

E de lá para cá, o conjunto da estruturação de políticas de desenvolvimento foram cunhadas na expropriação dos povos originários e dos povos tradicionais desta terra. E que nós podemos depois de um conjunto de lutas, poder, também, celebrar, igualmente estamos celebrando, hoje, os 10 anos da política dos povos e comunidades tradicionais. Temos uma Sepromi, que é uma conquista do movimento negro, que é uma conquista da população de negros e negras da Bahia, assim como tivemos em nível nacional.

Que nós também podemos celebrar, como conquista desse mesmo povo, um estatuto nacional e um estatuto do estado da Bahia, que prevê na Constituição de 1988 lastreado com o conjunto dessas conquistas, que racismo neste Brasil é crime e é crime inafiançável.

Então, isso tudo foi possível por conta da manifestação popular. Isso tudo foi possível, porque o Estado brasileiro soube se abrir para o diálogo institucional e dizer: no Brasil não temos um pé de igualdade racial, não temos um respeito, uma democracia racial, nós vivemos um estado racista. E que é possível, portanto, reparar, historicamente, as dívidas com nosso povo para que possamos seguir avançando.

Então, essas conquistas, companheiros e companheiras, que devemos celebrar nesta tarde de hoje para que possamos seguir avançando, com o compromisso da secretaria do Estado, com o compromisso do governador do Estado em abrir para o diálogo, aprimorar sua gestão, aproximar as nossas políticas para que não

retrocedamos no que nós também entendemos como um período de conquistas democráticas.

Então, é esse compromisso que quero registrar nesta tarde e mais uma vez parabenizar aqueles e aquelas que constroem duramente essas conquistas, que constroem duramente as propostas para que possamos seguir avançando.

Então, parabenizar, mais uma vez o nosso deputado Bira Corôa a todos e todas que se envolveram nessa construção. Estou vendo ali, com um olhinho muito sereno, nos olhando, Valnei, também que conversou comigo, o nosso Taata, nosso vereador, Pai Uelson, de Inhambupe, olhando, a nossa amiga Cristina.

E por fim, para encerrar quero dizer que hoje celebramos, mas também apontamos os nossos desafios que já falei. Estamos acompanhando um episódio extremamente lamentável, estão presos os companheiros do Fundo Feixe de Pasto, e quero registrar historicamente na sessão: Sérgio Pereira, Antônio de Jesus, José Pereira, João José da Silva, Genildo dos Santos.

Elziene, ontem, conversava comigo, Josiel, e assumimos o compromisso de monitorar e acompanhar isso de perto. Reiteramos isso aqui e pedimos uma salva de palmas para aqueles bravos guerreiros, que cumprem a luta e demarcação pelo território dos povos tradicionais. Essa será a nossa preocupação institucional, será o nosso principal desafio incansável.

Então, a todos e a todas viva a nossa lei da política nacional e estadual de povos e comunidades tradicionais. Boa-tarde a todos e a todas.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Neste momento, passaremos para outra etapa desta sessão, que é entregar homenagens como um gesto simbólico de reconhecimento e de apreço às contribuições. São quatro homenageados sendo, que dois tiveram dificuldades de estar neste ato, e encaminharemos posteriormente as suas honrarias.

Convido a secretária Fabya Reis para entregar ao professor Aderval Costa Filho.

Convido a deputada Fátima Nunes para juntos entregarmos a Neusa Zimmerman a homenagem que é atribuída ao sempre companheiro Jorge.

Sei que o tempo está bastante avançado, estamos praticamente chegando ao final desta solenidade e antes do encerramento quero agradecer especialmente a todos que compuseram essa Mesa, que deram contribuições importantes nesse processo estendendo a todos e todas presentes neste evento e aos que não estiveram aqui, mas na certeza de que 10 anos de conquista se deram em função da capacidade de organização, de resistência e de luta.

Disse no início que o marco de mais de 500 anos das nossas existências são é reconhecido em apenas pouco mais de uma década. E olhe que esse reconhecimento ainda é muito distante da sua real necessidade. Por isso, essa audiência tem, acima de tudo, um marco diferente ou especial, que é a necessidade de continuarmos nas lutas,

a necessidade de continuarmos somando nessa trincheira e fortalecendo essa grande batalha para construirmos, de fato, a sociedade igualitária na qual todos nós acreditamos. Sem povos e comunidades tradicionais, não teríamos identidade cultural. E um povo que não tem identidade cultural não existe.

Quero encerrar exatamente agradecendo a todas e a todos que compõem as 20 entidades de povos e comunidades tradicionais que, na resistência do cotidiano, na força da luta e no exercício da presença, mesmo sendo forçado a estar na invisibilidade, superaram e chegaram até aqui.

Não podemos deixar de citar, professor, que foi preciso ter um presidente nordestino, retirante, até chamado de analfabeto, para compreender que tínhamos que usar a estrutura das políticas de Estado para construir ações transformadoras, para incluir no contexto da nossa sociedade o que eles chamavam de minoria, o que nos colocava na condição de excluídos, de negros, de índios, de ciganos, de pescadores, de marisqueiras, de fundos de passo, de povos de terreiro, de quilombolas, de geraizeiros, dentre outros.

Estávamos, sem sombra de dúvidas, à margem dos processos de consolidação e de produção das leis. Éramos invisíveis ao olhar de uma elite burguesa e exploradora. No exato momento em que celebramos dez anos de reconhecimento, celebramos um marco para que esses dez anos se tornem, nos próximos séculos, a nossa própria existência.

Por isso, quero, antes do encerramento, convidar a todos para um coquetel na galeria dos ex-presidentes, aqui ao lado, e fechar como o ritual da Casa nos conduz: em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeço a presença das autoridades civis, militares, eclesiásticas, das Sr^{as} e Srs. Deputados, da imprensa, dos senhores e senhoras presentes neste evento e declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.